

Invasores tentam reduzir área da reserva dos Guajá

Walter Rodrigues

A Fundação Nacional do Índio (Funai) está avaliando os estudos que fundamentaram a recente criação da Reserva Indígena Awá, na região do Gurupi maranhense, onde vivem cerca de uma centena de índios guajá, do grupo tupi. A medida foi determinada pelo ministro do Interior, João Alves, após insistentes reclamações apresentadas por madeireiros e fazendeiros estabelecidos na área e inconformados com o reconhecimento dos direitos indígenas sobre 147.500 hectares de florestas e serras, que os guajá habitam desde o segundo quartel do século 19, quando chegaram ao Maranhão procedentes do Estado do Pará.

Segundo a portaria interministerial 076, assinada dia 3 de maio pelos ministros João Alves e Jáder Barbalho (Reforma Agrária), a reserva awá deverá ser demarcada administrativamente, isto é, sem necessidade de procedimento judicial. Isto porque o território awá integra uma área maior, declarada "reserva florestal" desde 1961, por um decreto do então Presidente Jânio Quadros. Embora João Alves tenha mandado a Funai reexaminar a questão, as informações disponíveis indicam que o Ministério do Interior resistirá às pressões e manterá a integridade do território conhecido como "de posse imemorial dos guajá". Outras posses eventualmente constituídas dentro da reserva são consideradas sem valor legal, pois a Constituição brasileira declara os direitos indígenas pré-

existentes a todos os demais e também porque as áreas de reserva florestal não podem ser invadidas ou ocupadas por particulares.

Invasão ilegal

Basicamente, os adversários da reserva awá constituem dois grupos: o das madeiras de Açailândia (MA), que chegam pelo sul e devastam a floresta para obter madeira e principalmente carvão vegetal (usado nas fábricas de ferro-gusa do Tocantins) e dos fazendeiros do município paraense de Paragominas, a oeste da reserva, que expandem seus domínios no lado maranhense do rio Gurupi. Esses fazendeiros, além de invadirem ilegalmente a floresta, praticam sistemática sonegação fiscal, pois nada recolhem ao Tesouro do Maranhão.

O governo Sarney criou este ano duas reservas em parte da área referida no decreto presidencial de 1961. A maior delas é a Reserva Biológica (341.650 hectares) confiada à administração do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), que ali tentará preservar um exuberante ecossistema que abriga, segundo vários biólogos, um dos "bancos florestais" que sobreviveram à última era glacial e propiciaram, mais tarde, a gradual reconstituição da selva amazônica. Também ali foi constatado por ornitólogos (especialistas em pássaros) a presença de numerosos bandos de ararajubas, belíssimo papagaio de plumagem verde e amarela, existente somente no Brasil e ameaçado de extinção em outras partes do País. A segunda reserva — o lar dos guajá (autodenominados awá) — ficará sob a administração da Funai.

Um lar na floresta

A criação quase simultânea da reserva biológica e da reserva indígena preserva da exploração predatória um vasto território e reforça a segurança de outras áreas indígenas existentes na zona de influência dos rios Turiaçu, Gurupi, Caru e Pindaré. A reserva biológica segue pela direita do Gurupi até encontrar a reserva indígena Caru, predominantemente guajajara (ou *tenetehara*) e chega quase à fronteira da reserva Turiaçu, habitada pelos urubu-kaapor e por outro grupo guajá. Na prática, os guajá, que são nômades e majoritariamente ignorantes da agricultura (vivem da caça e da coleta do coco babaçu) poderão transitar livremente por toda a região, afastando-se o risco de que seus vários grupos fiquem ilhados em diferentes pontos da floresta.

Segundo o antropólogo Mércio Pereira Gomes, da Universidade de Campinas (Unicamp), que viveu alguns anos no Maranhão e é autor do projeto original de criação da reserva awá (com 240 mil hectares, 92.500 mais do que a Funai adotou), os guajá são hoje cerca de 300, dos quais 150 convivem com os guajajara na reserva Turu, 45 no Turiaçu e provavelmente 100 na projetada reserva awá.

A fuga na selva

As primeiras notícias sobre os guajá do Gurupi datam de 1850, quando seriam cerca de 600 índios, acreditando-se que chegaram ao Maranhão um pouco antes, fugindo da repressão desencadeada pelos portugueses contra a revolta popular da

Cabanagem (as aldeias indígenas serviam de refúgio aos revoltosos). No Pará, os guajá eram agricultores, mas a migração forçada e a hostilidade com que foram recebidos pelos urubu-kaapor, habitantes mais antigos do Gurupi maranhense, fez com que desaperdessem o cultivo da terra e adotassem o nomadismo. Quando as frentes pioneiras alcançaram a região, os guajá passaram a ser perseguidos também pelos "brancos".

Em 1973, a Funai conseguiu atrair para um posto indígena — o P.I. Turiaçu — um primeiro grupo de 120 guajá, que as doenças dos brancos logo reduziram a apenas 30. Somente a partir de 1980 é que esse grupo começou a experimentar um lento crescimento demográfico. Hoje são 40 pessoas.

A serra protetora

A floresta do Gurupi, com seus índios, sua flora e a sua fauna riquíssimas, mantém-se mais ou menos preservada, graças ao obstáculo natural representado pela Serra do Tiracambu (também chamada Piracambu), divisor de águas dos rios Turiaçu, Caru e Pindaré. Uma lenda persistente assegura que minas de ouro aguardam os que se aventurarem por suas encostas íngremes, mas a realidade sempre frustrou os que tentaram. O mais célebre deles foi o português Bento Maciel Parente, mais tarde Governador do Maranhão e Grão Pará, que em 1616 comandou uma expedição em busca do ouro do Tiracambu. Encontrou apenas os índios guajajara, contra os quais, segundo registros da época, "moveu feroz e cruel guerra".

CREDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado do Maranhão Class.: 74

Data: 13/06/88

Pg.: _____

Guajá